

PROJETO TRANSFORMADOR



Relatório Geral WORKSHOP

I Plano Municipal Intersectorial
de Atenção à População em
Situação de Rua (2025-2028)



**BELO
HORIZONTE**
P R E F E I T U R A



RELATÓRIO GERAL

WORKSHOP

I Plano Municipal Intersectorial de Atenção à
População em Situação de Rua
(2025-2028)





João Pinheiro JR – Consultoria Júnior em Administração Pública





FICHA TÉCNICA

- **Cliente:** Prefeitura de Belo Horizonte
- **Consultoria responsável:** João Pinheiro JR.
- **Local:** Puc Liberdade
- **Data do evento:** 09/07/2026
- **Objetivo:** Relatório técnico de cada um dos 5 eixos temáticos presentes no workshop.

EQUIPE RESPONSÁVEL

Relatores:

Cauan Hermógenes

Edgard Pereira

Giovani Marciente

Henrique Novais

Micaella Isadora

Orientadora e revisora:

Carla Bronzo



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO.....	5
2. METODOLOGIA UTILIZADA.....	6
3. SÍNTESE DO EVENTO.....	7
4. ANÁLISE DETALHADA DOS EIXOS TEMÁTICOS.....	8
4.1 Assistência Social.....	9
4.1.1 Avanços reconhecidos.....	9
4.1.2 Ações prioritárias.....	10
Tabela 1.....	11
4.1.3 Articulações intersetoriais.....	12
4.1.4 Dinâmica em grupo.....	12
4.1.4.1 Riscos adicionais identificados no debate.....	16
4.1.5 Propostas e sugestões para o monitoramento e para qualificar a implementação do plano.....	17
4.2 Emprego e Renda.....	19
4.2.1 Avanços reconhecidos.....	19
4.2.2 Ações prioritárias.....	20
4.2.3 Articulações intersetoriais.....	21
4.2.4 Desafios que dificultam a implementação do plano.....	21
4.2.5 Riscos que podem comprometer a execução do monitoramento.....	22
4.2.6 Outras reflexões debatidas.....	23
4.2.7 Propostas e sugestões para o monitoramento e para qualificar a implementação do plano.....	23
4.3 Emprego e Renda - Catadores.....	25
4.3.1 Avanços reconhecidos.....	25
4.3.2 Ações prioritárias.....	27
4.3.3 Articulações intersetoriais.....	28
4.3.4 Desafios que dificultam a implementação do plano.....	29
4.3.5 Riscos que podem comprometer a execução do monitoramento.....	30
4.3.6 Propostas e sugestões para o monitoramento e para qualificar a implementação do plano.....	31
4.4 Habitação.....	32
4.4.1 Avanços reconhecidos.....	32
4.4.2 Ações prioritárias.....	34
4.4.3 Articulações intersetoriais.....	35
4.4.4 Riscos e Desafios atuais que dificultam a implementação do plano.....	36
4.4.5 Propostas e sugestões para o monitoramento e para qualificar a	



implementação do plano.....	37
4.5 Saúde.....	38
4.5.1 Ações reconhecidas.....	39
4.5.2 Principais serviços de atendimento.....	39
4.5.2.1 Unidades de Acolhimento Transitório (UATs).....	39
4.5.2.2 Consultório na Rua.....	40
4.5.2.3 BH de Mãos Dadas.....	40
4.5.2.4 Centros de Referência em Saúde Mental (CERSAMs).....	40
4.5.3 Entregas concretizadas e resultados observados.....	41
4.5.4 Ações em andamento.....	42
4.5.5 Dinâmica em grupo.....	42
Tabela 2.....	43
4.5.5.1 Temas discutidos pelo Grupo 3 sem identificação precisa com as metas 49	
4.5.6 Propostas e sugestões para o monitoramento e para qualificar a implementação do plano.....	50
5. CONCLUSÃO.....	51



1. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O presente relatório consolida os resultados dos workshops temáticos realizados durante o evento de lançamento do I Plano Municipal Intersectorial de Atenção à População em Situação de Rua (2025–2028), promovido pela Diretoria de Políticas para Pessoas em Situação de Rua, Migrantes e Refugiados (DPOP), vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) da Prefeitura de Belo Horizonte.

O Documento tem por finalidade registrar, de forma sistematizada e técnica, os debates, os desafios, as propostas e os encaminhamentos levantados pelos grupos temáticos, constituindo-se em insumo para o processo de implementação e de monitoramento do Plano.

O evento se estruturou em dois momentos distintos. No período da manhã, ocorreu a abertura institucional, na qual foram apresentados o Plano Municipal Intersectorial, o processo de sua construção, os desafios enfrentados durante a elaboração, a importância da participação intersectorial e os objetivos da implementação da política pública. No período da tarde, foram realizados os workshops temáticos, organizados a partir dos eixos estruturantes do Plano. Embora o Plano contemple oito eixos, a atividade concentrou-se em cinco, selecionados pela equipe para a realização das relatorias: Saúde; Habitação; Trabalho e Renda; Trabalho e Renda – Catadores; e Assistência Social. Cabe destacar que os workshops tiveram carácter inaugural do processo de monitoramento do Plano, não se prestando à apresentação ou à alteração das propostas já consolidadas, uma vez que o Plano havia concluído sua fase de elaboração.

A equipe de relatoria, composta por relatores designados em cada eixo, teve a responsabilidade de registrar os debates e de sistematizar as contribuições dos participantes, incluindo representantes do poder público, trabalhadores dos serviços, pessoas com vivência de rua e membros da sociedade civil. Este



relatório reúne e integra essas relatorias em um documento único, coerente e fidedigno aos conteúdos originais, evitando a simples compilação das respostas dos formulários e privilegiando a narrativa técnica integrada.

2. METODOLOGIA UTILIZADA

A elaboração deste relatório fundamentou-se na sistematização dos registros produzidos durante os workshops temáticos realizados no evento de lançamento do Plano Municipal Intersectorial para a População em Situação de Rua de Belo Horizonte. A equipe da João Pinheiro Júnior foi convidada pela Diretoria de Políticas para População em Situação de Rua, Migrantes e Refugiados (DPOP), para atuar exclusivamente na função de relatoria dos encontros, sendo responsável pelo registro das discussões, contribuições, encaminhamentos e demais aspectos relevantes observados ao longo das atividades.

A equipe de relatoria foi composta por seis integrantes, distribuídos entre os cinco eixos temáticos do evento. Em razão do maior número de participantes, o eixo Habitação contou com dois relatores, enquanto os eixos Emprego e Renda, Emprego e Renda - Catadores, Saúde e Assistência Social tiveram um relator responsável por cada workshop.

Previamente à realização do evento, foi acordado com a Prefeitura de Belo Horizonte que a entrega do trabalho ocorreria em duas etapas. A primeira consistiu na elaboração de relatórios parciais, estruturados a partir de um modelo previamente disponibilizado pela Prefeitura, no qual foram registrados os principais conteúdos discutidos em cada workshop. Esse instrumento de registro foi organizado com base em sete perguntas norteadoras destinadas a orientar a condução das oficinas e a sistematização das informações. Entretanto, considerando a autonomia metodológica de cada coordenação, as discussões não seguiram necessariamente todas as questões de forma sequencial ou integral, conferindo especificidades ao desenvolvimento de cada eixo temático.



A presente entrega corresponde à etapa final do trabalho, elaborada a partir da consolidação e da integração das informações registradas nos relatórios parciais de cada eixo. O documento busca apresentar, de forma organizada e sistematizada, uma visão abrangente das discussões realizadas durante os workshops, preservando as particularidades de cada eixo temático e reunindo, em um único relatório, os principais registros produzidos ao longo do evento.

3. SÍNTESE DO EVENTO

O evento de lançamento do 1º Plano Municipal Intersectorial de Atenção à População em Situação de Rua de Belo Horizonte foi realizado no dia 9 de julho de 2026, na unidade da PUC Minas – Lourdes (Campus Liberdade), em Belo Horizonte, com programação prevista para ocorrer das 9h às 17h. A iniciativa reuniu representantes do poder público, da sociedade civil, da academia e demais atores envolvidos na construção e implementação do Plano, constituindo um espaço de apresentação, diálogo e participação social.

As atividades tiveram início com o credenciamento dos participantes, seguido da cerimônia de abertura institucional, composta por representantes da administração municipal, da sociedade civil e da comunidade acadêmica. Na sequência, foi realizada uma mesa de debates intitulada “Da leitura do território à ação intersectorial: o I Plano Municipal Intersectorial de Atenção à População em Situação de Rua”, dedicada à contextualização do processo de elaboração do Plano. Durante esse momento, foram abordados aspectos relacionados ao diagnóstico da população em situação de rua no município, ao processo de construção participativa do Plano e aos desafios e perspectivas para a atuação intersectorial na implementação das ações propostas.

Após as apresentações, foi promovido um momento de diálogo com o público, no qual os participantes puderam apresentar perguntas, observações e contribuições, posteriormente respondidas pelos integrantes da mesa. Esse espaço reforçou o caráter participativo do evento e possibilitou o



compartilhamento de diferentes perspectivas acerca da política pública voltada à população em situação de rua.

No período da tarde, os participantes foram distribuídos entre cinco workshops temáticos, correspondentes aos eixos Habitação, Saúde, Assistência Social, Emprego e Renda e Emprego e Renda - Catadores. Cada oficina foi conduzida por equipes responsáveis pela mediação das discussões e contou com a participação de representantes de órgãos municipais, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e demais interessados na temática.

Embora cada workshop tenha adotado dinâmicas próprias de condução, de acordo com as características do respectivo eixo temático, as atividades foram orientadas por um roteiro previamente elaborado pela organização do evento. De modo geral, as discussões contemplaram a apresentação do panorama de cada eixo, a identificação de avanços e desafios para a implementação das ações previstas no Plano e a coleta de contribuições dos participantes, visando subsidiar o processo de monitoramento da política pública e qualificar a implementação do Plano Municipal.

As atividades foram encerradas ao final da tarde, após a realização dos debates nos grupos temáticos e de um momento de confraternização entre os participantes, marcando o encerramento da programação oficial do evento.

4. ANÁLISE DETALHADA DOS EIXOS TEMÁTICOS

Este capítulo apresenta a sistematização das discussões realizadas nos cinco workshops temáticos promovidos durante o evento, correspondentes aos eixos Habitação, Saúde, Assistência Social, Emprego e Renda e Emprego e Renda - Catadores. As informações aqui reunidas foram elaboradas a partir dos registros produzidos pela equipe de relatoria da João Pinheiro Júnior, buscando retratar, de forma fidedigna, os principais debates, contribuições, propostas e encaminhamentos apresentados pelos participantes.



Embora os workshops tenham sido concebidos a partir de um roteiro comum, os(as) mediadores(as) adotaram estratégias distintas para organizar as discussões, priorizando aspectos considerados mais relevantes para a realidade de cada temática e para o perfil dos participantes presentes. Dessa forma, nem todas as questões orientadoras foram abordadas de forma sequencial ou com o mesmo grau de aprofundamento em todos os grupos.

Em razão dessas especificidades, os relatos apresentados a seguir preservam as características próprias de cada workshop, respeitando a dinâmica em que as discussões ocorreram. Assim, eventuais diferenças na organização, no volume de informações ou na ênfase atribuída a determinados temas refletem a própria natureza do processo participativo desenvolvido durante o evento, não comprometendo a consistência do conjunto das informações sistematizadas neste relatório.

4.1 Assistência Social

Inicialmente o desenvolvimento do workshop começou com a apresentação de cada um dos membros que participaram da condução do eixo temático, passando pela coordenação, mediação, relator, participante da sociedade civil e apoio técnico.

O workshop do eixo Assistência Social teve como objetivo inaugurar o processo de monitoramento do Plano, deixando claro aos participantes que não seriam discutidas novas propostas, mas construídas referências para acompanhar a implementação. A apresentação baseou-se em sete perguntas norteadoras e em dinâmica de grupo voltada à identificação de riscos e de desafios, seguida de debate sobre sugestões e formas de acompanhamento.

4.1.1 Avanços reconhecidos

Os avanços reconhecidos organizam-se em quatro âmbitos:





- No Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), destacam-se a ampliação das equipes, a expansão das unidades móveis de três para doze, a integração de entrevistadores do CadÚnico às equipes e a ampliação da cobertura territorial.
- Nos Centros POP, registraram-se a ampliação do horário das unidades Lagoinha e Centro-Sul, o reforço das equipes técnicas e a previsão de novos equipamentos.
- No acolhimento, o reordenamento da rede, a ampliação das modalidades de hospedagem social e a criação da Unidade de Atendimento e Acolhimento ao Migrante.
- Na gestão, o fortalecimento da articulação intersetorial, a ampliação das estratégias do Projeto Viver de Novo e o fortalecimento da Central de Vagas.

Em 2025, foram abertas as Hospedagens Sociais Além Paraíba e Flávio dos Santos e concluído o reordenamento do Albergue Tia Branca. Em 2026, o SEAS realizou 7.344 abordagens, 5.130 atendimentos e 173 ações cadastrais do CadÚnico nas unidades móveis, foram abertas a Unidade de Atendimento e Acolhimento ao Migrante e a unidade de Hospedagem Social para Famílias.

4.1.2 Ações prioritárias

Nesta parte do Workshop não foram citadas ações específicas do Plano Municipal, uma vez que o plano contém mais de 90 ações no eixo de Assistência Social. No entanto a coordenadora fez uma tabela com as estratégias estruturantes do eixo e suas principais propostas:





Tabela 1

ESTRATÉGIAS	PRINCIPAIS PROPOSTAS
Produção de conhecimento	Vigilância socioassistencial, pesquisa censitária, diagnósticos territoriais e transparência dos dados.
Qualificação da proteção social	Reordenamento dos acolhimentos, ampliação de vagas, revisão de fluxos, fortalecimento dos Centros POP e da abordagem social.
Atenção às especificidades	Mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+, pessoas com sofrimento mental e famílias.
Intersetorialidade	Fortalecimento da articulação com saúde, habitação, trabalho e renda, sistema de justiça e demais políticas públicas.
Garantia de direitos	Participação social, assessoramento, fortalecimento do controle social, combate à violência institucional e educação permanente.

Fonte: Tabela produzida por Danielle Alves, coordenadora do eixo temático de Assistência Social.

Conforme as estratégias e principais propostas eram apresentadas os participantes de workshop faziam contribuições pontuais a respeito de cada uma, contando sempre com a participação dos representante da sociedade civil que vivencia na prática as ações do previstas no plano.



4.1.3 Articulações intersetoriais

Durante o workshop, destacou-se a importância de o Plano Municipal estar alinhado ao Plano Nacional Ruas Visíveis e ao Projeto Transformador Viver de Novo, reconhecendo essas iniciativas como referências para o fortalecimento das ações voltadas à população em situação de rua.

Outro aspecto amplamente enfatizado foi o caráter intersetorial do Plano Municipal, apontado pelos participantes como seu principal diferencial. Nesse sentido, ressaltou-se a articulação entre diferentes órgãos e entidades da administração municipal, como a Secretaria Municipal de Saúde, a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), a Diretoria de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua, Migrantes e Refugiados, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, entre outros atores envolvidos na implementação das ações previstas.

Entre as discussões realizadas, dois pontos se destacaram. O primeiro refere-se à necessidade de fortalecer a articulação entre os conselhos de direitos, com vistas a ampliar a integração institucional e qualificar os processos de comunicação entre as diferentes instâncias de participação e gestão. Nesse contexto, os participantes enfatizaram a importância de aprimorar os fluxos de comunicação nos Núcleos Intersetoriais Regionais, de modo a superar a fragmentação que, embora tenha sido reduzida nos últimos anos, ainda persiste na atuação das políticas públicas setoriais.

4.1.4 Dinâmica em grupo

No início da atividade, foi apresentada aos participantes a dinâmica prevista para a condução do workshop, que consistia na divisão dos presentes em dois grupos de trabalho: um destinado à identificação dos principais riscos relacionados à implementação do Plano Municipal e outro voltado à discussão dos desafios para sua qualificação.



Entretanto, em razão do elevado número de participantes presentes no eixo temático, optou-se, de forma consensuada, pela adaptação da metodologia inicialmente proposta. Assim, os participantes foram distribuídos em quatro grupos, sendo dois dedicados à discussão dos riscos relacionados à implementação do Plano e dois voltados à identificação de desafios e oportunidades para o aprimoramento de sua execução.

Após o período de discussão em grupo, foi realizada uma plenária de socialização, na qual um representante de cada grupo apresentou as principais contribuições construídas coletivamente. Esse momento possibilitou o compartilhamento das diferentes perspectivas levantadas pelos participantes e favoreceu a consolidação dos principais pontos debatidos durante a atividade.

A seguir seguem as contribuições de cada um dos grupos:

Grupo 1: Desafios

Representante: “Participante 1”

Na estratégia de produção de conhecimento, o grupo apresentou como principal desafio a qualidade dos registros diários nos sistemas e nas planilhas de vigilância socioassistencial, produzidos pelos serviços que atendem a população em situação de rua (PAEFI, CEAS, Centros POP e Unidades de Acolhimento Institucional). Apontou também a necessidade de escritórios de acordo técnico para os profissionais desses serviços, os quais seriam responsáveis por traçar um objetivo em comum e contribuir com conhecimentos de diferentes perspectivas do mesmo fato, e a importância de que os diagnósticos territoriais incidam efetivamente na qualificação da proteção social.

No âmbito da proteção social, o desafio central é a definição orçamentária. Na atenção às especificidades, o grupo destacou a necessidade de flexibilização dos protocolos institucionais a partir da escuta e singularização de cada sujeito. Na intersetorialidade, o principal desafio é superar a fragmentação institucional



entre as políticas públicas setoriais. Por fim, na garantia de direitos, o grupo apontou a necessidade de produção de indicadores de acesso a direitos e de valorização dos trabalhadores.

Grupo 2: Desafios

Representante: “Participante 2”

Na estratégia de produção de conhecimento, o grupo destacou a necessidade de qualificar o sistema de informação recém-adquirido, o que exigirá investimento adicional, além da publicação dos dados em linguagem simples e do treinamento das equipes para registro adequado das informações, com integração intersetorial dos dados produzidos.

Ao tratar da qualificação da proteção social em articulação com a atenção às especificidades, o grupo combinou as duas estratégias e disposições múltiplas trazendo os seguintes desafios: a insuficiência orçamentária; a mobilidade urbana como barreira de acesso aos Acolhimentos Institucionais; a necessidade de qualificar os serviços para o envelhecimento precoce da população em situação de rua; a qualificação da atenção às mulheres e suas múltiplas vulnerabilidades; a dificuldade de obter imóveis para novas unidades socioassistenciais; a ampliação de vagas para pessoas em tratamento de saúde; e a equiparação salarial dos trabalhadores.

Sobre intersetorialidade, propõe-se o estabelecimento de fluxos de articulação baseados na experiência de núcleos intersetoriais regionais, com ampliação da participação das políticas setoriais. Na garantia de direitos, destacaram o fortalecimento dos conselhos de direitos e o reconhecimento da legitimidade da ADPF, incluindo o enfrentamento ao roubo de pertences pessoais.

Grupo 3: Riscos

Representante: Participante 3





O grupo aponta como risco central a ausência de uma política de educação permanente robusta, o que exige a qualificação contínua dos trabalhadores e pode resultar em violência institucional. Na mesma direção, apontaram a inequidade das relações e condições de trabalho como fator de rotatividade profissional. Destacaram a fragilidade dos mecanismos de acompanhamento das parcerias com Organizações da Sociedade Civil, incluindo a ausência de reajuste dos termos financeiros, o que impacta diretamente a continuidade e a qualidade dos serviços executados. Sobre financiamento, o grupo alertou para a baixa participação do cofinanciamento federal e estadual, sendo a maior parte dos serviços financiados pelo próprio município.

O grupo trouxe ainda um ponto técnico relevante: a ausência de interrupções e bases normativas para dimensionar a rede socioassistencial para a população em situação de rua. Conforme registrado, embora o CRAS possua parâmetro de cobertura de até 5 mil pessoas em vulnerabilidade social, não há referência equivalente para Centros POP ou Acolhimentos institucionais, o que dificulta a fundamentação de pedidos de ampliação da rede.

Sobre as condições estruturais nas unidades de acolhimento, apontaram a necessidade de aprimoramento das unidades para lidar com especificidades como baixa autonomia e envelhecimento precoce, e de qualificar os espaços para que se tornem ambientes reais de socialização e convivência, e não apenas locais de permanência. Por fim, o grupo classifica como risco a fragilidade da articulação tanto intersetorial quanto intrassetorial, incluindo a ausência de protocolos de referência e contrarreferência.

Grupo 4: Riscos

Representante: Participante 4

O primeiro risco apontado pelo grupo foi a possibilidade de descontinuidade das ações: se a implementação ficar pautada no Projeto Transformador (política de governo) e não no Plano Municipal (política de Estado),



além disso, uma troca de gestão pode interromper o financiamento e as ações em curso. Nessa lógica, o grupo alertou para a dependência de financiamentos com prazo determinado. Além disso, apontaram o risco de uma conjuntura política desfavorável impedir a aprovação de legislações permitidas ou, inversamente, aprovar legislações conservadoras que restringem direitos. O risco de perder a prioridade na disputa orçamentária municipal também foi levantado.

O grupo destacou ainda o risco de interrupção na coleta sistemática de dados. Sobre o reordenamento dos serviços, alertaram que, se não realizado em conjunto com o movimento social e a sociedade civil, pode gerar retrocessos em conquistas já alcançadas. Sobre intersetorialidade, o grupo trouxe um exemplo concreto: a construção formal de fluxos intersetoriais pode não considerar condicionantes reais do mercado (como a resposta do mercado imobiliário/especulação imobiliária frente ao reajuste no Programa Bolsa Moradia), resultando em encaminhamentos que não se efetivam na prática.

Por fim, o Grupo 4 apontou a necessidade de avaliar a qualidade da oferta dos serviços, e não apenas o acesso. Dessa forma, isso indica a necessidade de mecanismos de escuta dos usuários e de melhorias na qualidade da oferta. A questão da resistência comunitária à instalação de equipamentos socioassistenciais também foi elevada como risco, assim como a permanência de uma visão higienista da sociedade, eventualmente reforçada por campanhas de comunicação de associações de moradores.

4.1.4.1 Riscos adicionais identificados no debate

Durante a socialização e o debate aberto, surgiram riscos complementares. A falta de flexibilidade e a burocratização no acesso aos serviços foram apontadas como obstáculos, com a ressalva de que a política para a população em situação de rua exige baixa exigência e alta flexibilidade, conforme discutido em relação ao protocolo de atendimento da SMSA. A ausência de articulação entre as instâncias de controle social foi identificada como risco para o próprio monitoramento do



plano. A falta de sintonia entre as ações da política urbana e as da assistência social também foi destacada: ações de retirada de pertences e controle urbano podem contrapor-se diretamente aos objetivos do Plano Municipal.

4.1.5 Propostas e sugestões para o monitoramento e para qualificar a implementação do plano

A partir das discussões realizadas durante o workshop, os participantes apresentaram um conjunto de propostas e sugestões voltadas ao fortalecimento da implementação do Plano Municipal. As contribuições a seguir sintetizam os principais encaminhamentos construídos coletivamente ao longo dos debates.

- Proposta apresentada por “Participante 5” e endossada pelo coletivo. Reconhece-se a necessidade de que os conselhos de direitos (Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Habitação e demais instâncias legitimadas de controle social) se articulem para o monitoramento do Plano Municipal. Conforme registrado, atualmente existe a necessidade de aprimorar a comunicação entre esses conselhos, o que compromete a capacidade de monitoramento intersetorial. A proposta aponta para a necessidade de elencar quais instâncias serão implicadas no monitoramento e de envolvê-las efetivamente nessa função, especialmente considerando o caráter deliberativo dos conselhos e o dever de aprimoramento contínuo do plano.
- Proposta desenvolvida pelos participantes: Trata-se da necessidade de implementar uma campanha municipal permanente de comunicação externa para sensibilizar a população domiciliada e comerciante sobre a população em situação de rua, para combater a visão higienista e para reduzir a resistência comunitária à instalação de equipamentos socioassistenciais. A campanha deveria ser uma direção de gestão do executivo, e não apenas responsabilidade dos trabalhadores da assistência social, e deveria incluir parcerias com escolas e ação nos territórios.



- O monitoramento do Plano não pode se limitar ao acompanhamento da execução das ações (produtos), mas deve avaliar se essas ações realizadas transformaram as condições de vida da população em situação de rua (resultados). A proposta direciona que a construção da matriz de indicadores considere essa distinção, de modo que o monitoramento seja capaz de revelar não apenas o que foi entregue, mas o impacto eficaz das políticas sobre a vida das pessoas.
- Sugestão discutida coletivamente como periodicidade viável para o acompanhamento do Plano. A proposta de monitoramento trimestral foi adequada, condicionada à capacidade operativa do CIAMP e das instituições executoras em produção e alimentação conforme informações necessárias. O debate destacou que a periodicidade deve ser suficiente para permitir intervenções corretivas tempestivas, mas compatíveis com a real capacidade de gestão. A construção dos indicadores caberá aos Grupos Gestores Setoriais, com apoio da Consultoria Júnior da Fundação João Pinheiro, conforme sinalizado pela coordenação.
- Construção de consenso durante o debate. O CIAMP (Comitê Intersetorial de Monitoramento e Avaliação da Política Municipal para População em Situação de Rua) foi reconhecido como a instância principal de monitoramento, mas não a única. O grupo apontou como fundamental que os movimentos sociais, como a Pastoral de Rua, a Frente Popular em Defesa da População em Situação de Rua e o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, independentemente de integrarem o Comitê, também monitorem o Plano. Da mesma forma, os conselhos de direitos, enquanto instâncias deliberativas de controle social de cada política, devem atuar no monitoramento e no aprimoramento contínuo do plano, considerando a natureza dinâmica da situação de rua.
- Próximo ao fim do workshop, foi sugerido por um dos participantes a criação de um núcleo dentro do CIAMP que ficaria responsável pelo



trabalho técnico relacionado ao monitoramento, o qual, após a realização das suas atribuições, levaria para o comitê os resultados obtidos.

Nota sobre proposta adicional discutida: durante o debate, foi proposta a criação de um sistema único integrado de informações sobre os usuários, que reúna os dados de diferentes sistemas (saúde, assistência, etc.). A proposta gerou debate significativo sobre riscos éticos: a centralização excessiva de dados pode resultar em controle sobre as pessoas; há risco de acesso indevido por órgãos de segurança; a dificuldade de saída do sistema após a superação da situação de rua. O grupo avaliou que se trata de uma proposta de mão dupla, com potencial benefício e risco simultâneos, que exige aprofundamento em instâncias específicas antes de eventual aprovação.

4.2 Emprego e Renda

Inicialmente o desenvolvimento do workshop começou com a apresentação de cada um dos membros que participaram da condução do eixo temático, passando pela coordenação, mediação, relator, participante da sociedade civil e apoio técnico.

O workshop do Eixo de Trabalho e Renda foi prorrogado de forma participativa, com lugar de fala garantido a todos os contribuintes durante todo o evento. O debate desenvolveu-se a partir de sete perguntas orientadas, articulando avanços, prioridades, interfaces intersetoriais, obstáculos, riscos, sugestões e instrumentos de acompanhamento.

4.2.1 Avanços reconhecidos

Os avanços reconhecidos centram-se na consolidação do programa “Estamos Juntos”, operado por meio de Termo de Parceria entre o Município de Belo Horizonte e a OSC Rede Cidadã, cuja metodologia se diferencia dos modelos tradicionais ao priorizar o acolhimento integral antecipado à inserção.



O fluxo operacional envolve o mapeamento da área de interesse do usuário, o acompanhamento durante o processo seletivo e o monitoramento direto por quatro meses, mantendo vínculo perene de confiança, atestado pelo retorno espontâneo dos usuários em caso de perda do emprego.

Os dados quantitativos evidenciam:

- 256 contratações formais, com índice de retenção de 70% a longo prazo.
- 1.455 encaminhamentos para frentes de trabalho da Prefeitura.
- 1.099 certificações.

Os editais recentes apresentam evolução, com frentes de trabalho mais específicas aos perfis, com relatos de sucesso em áreas como zoológico e parques, onde houve maior adaptação, supervisores mais aprimorados, customização do atendimento por meio de planos de desenvolvimento individual e ampliação da formação continuada de quatro para doze meses.

4.2.2 Ações prioritárias

As prioridades para o primeiro ciclo de implementação são organizações em eixos operacionais. No âmbito da restrição de benefícios e condições, propõe-se a readequação do auxílio financeiro, o fornecimento de uniformes e equipamentos, a flexibilização de horários de entrada e de saída e a sensibilização para que o endereço residencial deixe de ser documento obrigatório.

Na qualificação e diversificação, defende-se o fomento a diversas frentes de trabalho, a criação de mecanismos para cursos permanentes, a capacitação para a economia popular e a rearticulação com o Sistema S e o SEBRAE. No acolhimento e na segurança, indica-se o fornecimento de demandas psicológicas, a ampliação de estratégias contra a vulnerabilidade alimentar e o início de fiscalizações para coibir violências físicas.



Nas políticas estruturantes, destacam-se a implementação de cotas, a provocação à Secretaria Municipal de Fazenda para subsídios fiscais às empresas e, sobretudo, a priorização da inserção de programas de moradia, reconhecida como base estrutural para a permanência no trabalho.

4.2.3 Articulações intersetoriais

A operacionalização do plano exige desenhos de fluxos intersetoriais críticos com:

- Secretaria Municipal de Fazenda (para concessão de incentivos e subsídios que viabilizem o interesse empresarial).
- Política Habitacional (para acesso a abrigos e Bolsa Moradia, sem os quais a evasão laboral é inevitável).
- Sistema S e SEBRAE (para absorção em cursos técnicos e fomento ao empreendedorismo, áreas de interesse mútuo ainda não operacionalizadas).
- Instituições de Ensino Superior (para criação de extensões universitárias que contabilizem e incentivem trajetórias educacionais).
- Vigilância Sanitária (proposta para atuar na supervisão direta dos ambientes e condições de trabalho).
- SINE (para facilitar o acesso e ampliar a busca ativa por vagas).

4.2.4 Desafios que dificultam a implementação do plano

Após o levantamento das ações que já podem ser reconhecidas em um momento de diálogo foram desenvolvidos pelos participantes do eixo temático alguns obstáculos que podem impedir a continuidade do Plano Municipal. Sendo assim, segue abaixo os principais pontos discutidos com enfoque no preconceito estrutural enfrentado pela população em situação de rua:



- Social (desconstrução de uma narrativa marginalizante histórica) e o corporativo (dificuldade de convencimento das empresas).
- No âmbito operacional, destacam-se as graves dificuldades logísticas nos departamentos de RH das contratantes para processar admissões.
- Ausência de segurança básica do usuário, abrangendo alimentação, higiene, transporte e, principal fator de evasão, a moradia, inviabiliza a fixação no emprego. Somam-se a isso: a complexidade inerente à inclusão de subgrupos mais vulnerabilizados (como o público LGBTQ+, cujo processo é reconhecidamente mais dificultoso).
- Oferta por parte de algumas empresas, de condições laborais análogas a jornadas insalubres, e a defasagem no atendimento a crises psicológicas agudas durante a reinserção.

4.2.5 Riscos que podem comprometer a execução do monitoramento

O primeiro dos riscos é de natureza financeira e administrativa: restrições orçamentárias e escassez de mão de obra interna para gerir a expansão do programa.

Destaca-se também o risco comportamental: a possibilidade de o valor do auxílio financeiro (caso readequado para cima) superar o atrativo da remuneração laboral, desmotivando a busca por emprego.

É essencial complementar o risco corporativo: a adesão de empresas "oportunistas" que buscam apenas visibilidade de marketing ou vantagens fiscais, mas que oferecem péssimas condições e não possuem cuidado com o usuário (fenômeno já observado).

Por fim, há o risco de fragilidade institucional: mudanças de gestão ou diretoria nas empresas parceiras podem gerar demissões em massa e perda



imediate dos vínculos construídos, independentemente do desempenho do usuário.

4.2.6 Outras reflexões debatidas

- Paradoxo entre benefício e trabalho: Debateu-se o equilíbrio entre o valor do auxílio e o incentivo ao trabalho. Enquanto se defendeu a valorização da dignidade do trabalhador, também foi apontado o risco de que um benefício mais atrativo desestimule a inserção no mercado de trabalho.
- Limites da atuação das empresas parceiras: Discutiu-se que parte das empresas participa do programa por necessidade de mão de obra ou interesse em imagem institucional, sem promover condições adequadas de acolhimento e inclusão dos trabalhadores.
- Preconceito no ambiente de trabalho: Identificou-se a ausência de ações sistemáticas de sensibilização nas empresas, o que dificulta a integração dos trabalhadores e favorece situações de discriminação e evasão.
- Integração entre trabalho e moradia: Destacou-se que a falta de acesso à moradia compromete a permanência no emprego, evidenciando a necessidade de maior articulação entre as políticas de habitação e de trabalho.
- Dependência das decisões das empresas: Observou-se que a permanência dos trabalhadores pode ser comprometida por mudanças na gestão das empresas parceiras, fator sobre o qual o poder público possui pouca influência.
- Lacunas na inclusão educacional e de públicos específicos: Foi apontada a necessidade de fortalecer o apoio à retomada dos estudos e ampliar estratégias de inclusão para grupos em situação de maior vulnerabilidade, como a população LGBT+.

4.2.7 Propostas e sugestões para o monitoramento e para qualificar a implementação do plano



A partir das discussões realizadas durante o workshop, os participantes apresentaram um conjunto de propostas e sugestões voltadas ao fortalecimento da implementação do Plano Municipal. As contribuições a seguir sintetizam os principais encaminhamentos construídos coletivamente ao longo dos debates.

- Instrumento de Certificação Empresarial (Selo de Boas Práticas): Criação de um instrumento normativo para concessão de um Selo de Responsabilidade Social atrelado a indicadores claros (taxa de retenção, ausência de denúncias trabalhistas, qualidade do ambiente avaliada por terceiros), servindo como agenda de acompanhamento contínuo para punir empresas oportunistas e premiar as comprometidas.
- Protocolo de Integração RH (Indicador de Permeabilidade Institucional): Utilização de uma ficha de registro de reuniões obrigatórias com o RH como instrumento de acompanhamento. O indicador de sucesso será a redução de desligamentos por motivos logísticos, de acolhimento ou por mudanças de gestão não comunicadas.
- Agenda de Condições Mínimas de Inserção (Check List Prévio de Vulnerabilidade): Instrumento a ser aplicado antes e durante a contratação que avalie o atendimento a necessidades estruturais (moradia, alimentação, saúde mental). O indicador de acompanhamento será a correlação estatística entre o preenchimento satisfatório deste checklist e a queda na taxa de evasão do programa.
- Rota Intersetorial de Qualificação (Indicador de Acesso Educacional): Criação de uma agenda de reuniões trimestrais obrigatórias com Sistema S, SEBRAE e Universidades, tendo como indicador o número de vagas efetivamente garantidas, matriculadas e concluídas por usuários do programa nessas instituições.
- Pesquisa de Clima e Percepção de Preconceito (Indicador Cultural): Aplicação de instrumentos de pesquisa sigilosos nas empresas parceiras antes e após as capacitações propostas, medindo o indicador de



percepção e quebra de preconceito estrutural entre os colegas de trabalho e gestores que interagem diretamente com os usuários reinseridos.

4.3 Emprego e Renda - Catadores

O workshop dedicado aos catadores abordou o Programa Municipal de Atendimento aos Catadores de Materiais Recicláveis Autônomos (PMACRA) e o Centro de Referência de Triagem e do Catador (CRTC), equipamento público responsável por criar condições para que o trabalho ocorra com dignidade.

Esse eixo temático seguiu a lógica de algumas perguntas orientadoras que o coordenador utilizou para conduzir o workshop, trazendo alguns avanços que já podem ser reconhecidos, quais são as ações prioritárias do plano, em seguida quais as articulações necessárias que o eixo precisa realizar, os principais obstáculos/desafios para implementação do plano e os riscos que podem comprometer sua continuidade.

Diferentemente dos outros eixos temáticos, as sugestões para qualificar a implementação do plano e as ferramentas que podem ser utilizadas para o monitoramento foram debatidas e registradas conforme algum participante realizava alguma contribuição.

4.3.1 Avanços reconhecidos

Antes de citar quais são os principais avanços alcançados pelo eixo temático foi apresentado aos participantes o que é o PMACRA e o CRTC para uma melhor compreensão de todos os participantes.

O PMACRA é uma tentativa de compreender onde cada pessoa se localiza dentro da cadeia da catção e de atuar sobre as fragilidades específicas que ela enfrenta, garantindo trabalho protegido, segurança jurídica e financeira, além da salvaguarda da dignidade e da humanidade dos indivíduos. O programa possui 8 metas, que respondem a condições identificadas em campo e atuam no eixo



social, produtivo ou em ambos, incluindo a identificação e o cadastro dos catadores.

O Centro de Referência de Triagem e do Catador (CRTC) é o equipamento público responsável por criar condições para que o trabalho ocorra com dignidade, mesmo em um campo de exploração concreta e já identificado. A equipe atual é composta por 2 técnicos de referência APP da DPOP, 1 profissional da SLU, 4 profissionais de portaria (escala 12x36) e 2 auxiliares de serviços gerais, com a organização da sociedade civil (chamamento público em preparação), a equipe passará a contar também com coordenador de projetos, técnico social (Serviço Social ou Psicologia), encarregado, assistente operacional e o "educador par", pessoa com vivência na catação ou em situação de rua, apontada como a figura mais estratégica da equipe.

- Em 11 meses de trabalho, houve aumento de 11 para 17 toneladas de material triado. 34 pessoas foram atendidas diretamente, das quais 91,7% já possuem CadÚnico regular, e 6 pessoas conquistaram moradia efetiva. Houve também consolidação do horário de funcionamento do equipamento, trazendo mais segurança e estabilidade aos atuantes, o espaço deixou de ser usado como moradia, e houve redução expressiva da violência.
- Foram construídos espaços de aprendizado coletivo (reuniões mensais, oficinas de formação, arte-educação e diagnóstico participativo do processo produtivo) e espaços de tomada de decisão (cogestão do CRTC, construção coletiva de regimentos e planejamento participativo).
- O programa já acumula aprendizados relevantes: compreensão do público do equipamento (tipificação, heterogeneidade, formas de vínculo com a catação, formas de opressão e sujeição), compreensão de como as pessoas chegam e se organizam (abordagem territorial, escuta qualificada, governança), de como se organiza a produção e de como se constroem as trajetórias de autonomia.



- Já existem iniciativas isoladas na cidade que funcionam bem, como o Recicla Belô, apontado pela mediadora como uma das ações que mais aproxima catadores e SLU, proposta pelos próprios catadores em conjunto com técnicos da UFMG e da SLU, há três anos, para que os catadores realizem a coleta seletiva em grandes eventos da cidade (a remuneração no Carnaval foi descrita como extraordinária). Segundo Graziela, do movimento nacional, o Recicla Belô oferece estrutura completa aos catadores (boné, café da manhã, almoço, lanche, jantar, postos de água, protetor, luvas e sacos) e paga diária superior à de outros locais, a iniciativa abrirá novas inscrições para a Virada Cultural e para o Arraiá de Belô (24, 25 e 26 de julho e 1 e 2 de agosto).
- Em 2022, foi editada a Portaria Conjunta SMASAC–SLU nº 006/2022, criando parceria entre a Assistência Social e a SLU para levantar as necessidades dos trabalhadores da coleta, domiciliados e em situação de rua, e definir como encaminhá-los ao atendimento adequado.
- A SLU já mantém relações estruturadas com cooperativas de catadores, que hoje realizam boa parte da coleta seletiva da cidade, incluindo contratos remunerados para transporte e coleta de material e cessão de galpões para armazenamento, entre outros auxílios.

4.3.2 Ações prioritárias

As discussões do eixo de Emprego e Renda voltado aos catadores resultaram na proposição de ações prioritárias voltadas ao fortalecimento da atividade de catação, à ampliação das condições de trabalho e ao reconhecimento desses trabalhadores como agentes fundamentais da política de gestão de resíduos e inclusão social.

- Mediação para comercialização: Fortalecer a mediação técnica para negociação de preços e comercialização dos materiais recicláveis, diante da queda do mercado, da fragilidade dos parceiros comerciais e da falta de equipamentos, como prensas.



- Continuidade das ações no Conjunto Paulo VI: Dar continuidade às iniciativas em andamento junto ao grupo do Conjunto Paulo VI, considerando os avanços já obtidos, como a gratuidade do Restaurante Popular e o chamamento público em curso.
- Mapeamento e inclusão dos catadores: Realizar um mapeamento dos catadores, domiciliados e em situação de rua, para ampliar sua inserção na coleta seletiva e no acesso às políticas de assistência social.
- Inclusão de iniciativas informais: Integrar catadores vinculados a grandes iniciativas informais à coleta seletiva formal ou garantir melhores condições de trabalho, reconhecendo seu papel na cadeia da reciclagem e ampliando os investimentos necessários para essa inclusão.
- Capacitação e gestão do trabalho: Estruturar o gerenciamento do plano de trabalho dos coletores, aliado à oferta de capacitação técnica para qualificar a triagem e o manejo adequado dos materiais recicláveis.
- Produção de estudos sobre catação e população em situação de rua: Ampliar os estudos sobre a relação entre a população em situação de rua e a atividade de catação, visando subsidiar políticas públicas mais efetivas para esse público.

4.3.3 Articulações intersetoriais

- SLU (Superintendência de Limpeza Urbana): parceria já em curso para ampliação da coleta seletiva em larga escala, contratos com cooperativas, cessão de galpões e estruturação do gerenciamento do plano de trabalho do coletor; a relação ainda enfrenta gargalos econômicos e logísticos.
- UFMG: parceira, ao lado dos catadores e da SLU, na proposta e construção do Recicla Belô.
- Assistência Social: parceria formalizada pela Portaria Conjunta SMASAC–SLU nº 006/2022, com instituição de Grupo Intersetorial e consolidação dos resultados.



- Câmara Municipal e Prefeitura: no caso do grupo da Praça João Pessoa (em frente ao Arnaldo), a Câmara de Vereadores interveio em razão do impacto do grupo sobre as vias públicas, e a Prefeitura designou um galpão localizado na Rua Itambé, 243, para depósito e coleta, dando origem ao que hoje é o CRTC.
- Saúde e Educação: apontada a necessidade de atuação intersetorial para minimizar os efeitos do abuso e da jornada degradante enfrentados por catadores em situação de rua, que costumam levantar-se cedo para coletar e às vezes entram em contato direto com situações que levam risco à sua integridade física.
- IBGE: a pesquisa do instituto sobre a população em situação de rua foi destacada e elogiada por Tarcísio como referência relevante para qualificar o debate.

4.3.4 Desafios que dificultam a implementação do plano

Principais pontos discutidos que formam barreiras para a consolidação do Plano Municipal relacionados aos catadores.

- Perfis de catadores: Foram identificados três perfis de atuação na catação. A **catação pontual**, praticada de forma intervalada, como alternativa de subsistência, geralmente sem domicílio fixo e sem documentação adequada. A **catação como projeto estável**, exercida de forma mais regulada e organizada, como fonte principal de renda, geralmente com domicílio e maior conhecimento sobre preços, rotas e instrumentos de trabalho, ainda marcada por vulnerabilidade estrutural e informalidade. E um terceiro perfil, de **sujeição com aparência de trabalho**, que representa uma vulnerabilidade ainda mais profunda. Os três perfis convergem na invisibilidade social perante o Estado e a sociedade.
- Políticas públicas insuficientes: Até o momento não existe uma política municipal de catadores formalmente publicada e instituída, havendo apenas traços pontuais de cada território, usados como insumo para a



elaboração de medidas e planos. O PMACRA, apresentado nesta ocasião como o programa que passa a estruturar essa política, já é materializado na prática pelo CRTC desde 2025 e segue em fase de publicização e institucionalização formal.

- Desafios da coleta seletiva: A ampliação da coleta seletiva enfrenta limitações econômicas, logísticas e operacionais, dificultando a inclusão de mais catadores.
- Dificuldades de comercialização: Persistem problemas relacionados aos baixos preços dos materiais, à falta de equipamentos e à fragilidade das relações comerciais.
- Moradia: A ausência de soluções habitacionais para parte dos catadores continua sendo um fator que agrava sua vulnerabilidade.
- Precarização e exploração do trabalho: A atividade é marcada por longas jornadas, falta de equipamentos, exploração por intermediários e condições de trabalho inadequadas.
- Violência e uso de drogas: Os catadores estão frequentemente expostos à violência e ao uso de substâncias psicoativas, especialmente devido à proximidade entre ferros-velhos e pontos de venda de drogas.
- Necessidade de capacitação: Foi apontada a carência de conhecimentos técnicos e de ferramentas adequadas para o processamento de determinados materiais.
- Falta de dados: Há escassez de informações consolidadas sobre o número de pessoas em situação de rua que atuam na catação, dificultando o planejamento de políticas públicas.
- Descarte inadequado de resíduos: A falta de conscientização da população sobre o descarte correto dos recicláveis aumenta os riscos à saúde dos catadores e compromete o trabalho de triagem.
- Trabalho infantil: Foram relatados casos de crianças envolvidas na catação, evidenciando a necessidade de compreender as condições familiares e fortalecer ações de proteção social e permanência escolar.



4.3.5 Riscos que podem comprometer a execução do monitoramento

Principais pontos discutidos que formam barreiras para a consolidação do Plano Municipal relacionados aos catadores.

- Autonomia dos catadores: Destacou-se a necessidade de evitar que os equipamentos públicos gerem dependência, priorizando a promoção da autonomia e o acesso aos direitos.
- Monitoramento do programa: Foi apontada a ausência de uma metodologia consolidada para monitorar os resultados e a efetividade das ações.
- Estruturação da política: A Prefeitura ainda está em fase de construção das estratégias de intervenção no mercado da reciclagem, a partir da realidade local.
- Financiamento: Permanecem indefinidos os investimentos necessários para remunerar os catadores e ampliar a coleta seletiva.
- Vulnerabilidades sociais: Persistem situações de violência e dificuldades de acesso a direitos, incluindo casos de controle e submissão que se aproximam de formas contemporâneas de exploração do trabalho, além de outras vulnerabilidades que impactam diretamente os catadores.
- Relação com o uso de drogas: Ressaltou-se que a relação entre a atividade de catação e o uso de drogas é complexa e deve ser analisada sem generalizações, já que em determinados territórios de forte catalização o consumo não é necessariamente percebido como problema e nem sempre significa queda de produtividade.
- Produção de dados: A falta de informações consolidadas sobre os catadores em situação de rua dificulta o planejamento e o monitoramento das políticas públicas.
- Saúde e meio ambiente: Foram destacados os riscos à saúde decorrentes do manuseio inadequado de resíduos e os impactos provocados pelo descarte incorreto de materiais.



- Trabalho infantil: A presença de crianças na atividade de catação foi apontada como uma preocupação social que demanda atenção das políticas públicas.

4.3.6 Propostas e sugestões para o monitoramento e para qualificar a implementação do plano

É importante salientar que, diferentemente dos outros eixos temáticos, as sugestões para qualificar a implementação do plano e as ferramentas que podem ser utilizadas para o monitoramento foram debatidas e registradas conforme algum participante realizava alguma contribuição. Segue abaixo as sugestões dos participantes do workshop:

- Implementar e fortalecer políticas públicas que assegurem a integridade física dos catadores de materiais recicláveis, promovendo condições de trabalho dignas, seguras e adequadas ao exercício de suas atividades, incluindo acesso a equipamentos de proteção individual, capacitação continuada em segurança do trabalho e estrutura física adequada para triagem e armazenamento.
- Fortalecer a articulação intersetorial entre os órgãos públicos, organizações parceiras e demais atores envolvidos, de modo a ampliar a efetividade das ações destinadas aos catadores de materiais recicláveis.
- Estruturar, consolidar e dar continuidade a uma política municipal específica para os catadores de materiais recicláveis, garantindo maior integração das ações, continuidade das iniciativas, ampliação territorial e fortalecimento da categoria. O PMACRA, apresentado nesta atividade e já materializado pelo CRTIC, constitui a resposta municipal em construção para essa demanda, seguindo em processo de publicização e de expansão para as demais regionais.
- Desenvolver e fortalecer mecanismos de monitoramento e acompanhamento do programa, com participação da sociedade civil e do poder público, possibilitando a avaliação contínua de sua implementação,



dos resultados alcançados e das oportunidades de aprimoramento, tendo o CIAMP como uma das instâncias formais desse acompanhamento.

4.4 Habitação

Inicialmente o desenvolvimento do workshop começou com a apresentação de cada um dos membros que participaram da condução do eixo temático, passando pela coordenação, mediação, relator, participante da sociedade civil e apoio técnico.

O workshop do eixo Habitação foi prolongado de forma ampla e aberta à participação, dada a expressiva quantidade de inscritos. A apresentação inicial abordou o processo de criação do Plano e os benefícios já reconhecidos, orientando-se pelos mesmos eixos temáticos de registro: avanços, ações prioritárias, interfaces intersetoriais, desafios e riscos, com contribuições, perguntas, observações e sugestões trazidas pelos participantes ao longo de todo o encontro.

4.4.1 Avanços reconhecidos

Os avanços identificados no eixo de moradia demonstram o fortalecimento institucional e o aprimoramento das estratégias voltadas à garantia do direito à habitação para a população em situação de rua. As iniciativas implementadas contemplam mudanças na estrutura de gestão, aperfeiçoamento dos processos administrativos, ampliação da transparência nos critérios de acesso aos programas habitacionais e adoção de novas diretrizes para o atendimento desse público. Destacam-se, ainda, medidas voltadas à qualificação das equipes técnicas, à otimização da utilização dos benefícios disponíveis e à implementação de programas que incorporam a abordagem da Moradia Primeiro, reforçando a compreensão de que o acesso à moradia constitui um elemento central para a inclusão social e o acesso às demais políticas públicas.

Segue abaixo os avanços ressaltados durante o evento:





- Em 2024, foi criada a Diretoria de Políticas para População em Situação de Rua, Migrantes e Refugiados, e ocorreu a definição de pontos focais responsáveis pela articulação das ações e instituída a divisão de recenseamento no âmbito da Urbel. Essa estrutura foi concebida para fortalecer a coordenação entre a URBEL, a SMASDH e as demais secretarias municipais envolvidas.
- Reajuste no valor do Bolsa Moradia, o qual passou de R\$500 para R\$800 em fevereiro de 2025.
- Portaria 296/2025 definindo critérios de elegibilidade e habilitação, trazendo mais transparência ao processo de indicação.
- Fim da obrigatoriedade de deslocamento presencial à URBEL (cadastro e habilitação passaram a ser feitos juntos); flexibilização das vistorias (pequenos reparos deixaram de ser impeditivos, só riscos extremos/insalubridade grave excluem o imóvel).
- Oficinas para cerca de 200 técnicos entenderem critérios de indicação.
- Identificação de benefícios "ocupados" mas não efetivamente usados (por falta de documentação), liberando vagas para novos beneficiários.
- Piloto Moradia Primeiro/Moradia Cidadã (para 100 famílias, mais de 3 anos em situação de rua) e reserva de 3% das unidades do Minha Casa Minha Vida para a população em situação de rua.
- Incorporação formal da lógica "Moradia Primeiro" (acesso à casa antes/junto com outras políticas) como diretriz.

4.4.2 Ações prioritárias

As ações prioritárias apresentadas a seguir refletem as principais propostas discutidas para o fortalecimento da política de moradia voltada à população em situação de rua. As iniciativas buscam enfrentar os principais desafios relacionados ao acesso e à permanência na moradia, promovendo maior integração entre as políticas públicas, transparência nos processos de atendimento e ampliação das estratégias de inclusão social.



Segue abaixo as ações prioritárias ressaltadas durante o evento:

- Avaliação das barreiras de acesso/permanência (análise crítica de dados, pesquisas com universidades).
- Instituir uma Política de Moradia Primeiro (pré e pós morar), uma vez que o acesso à moradia representa um elemento central para a inclusão social e a implementação das demais políticas públicas, sendo necessário grupos técnicos específicos e equipes interdisciplinares de acompanhamento.
- Garantir recursos para mobiliário e priorizar quem já está inserido no mercado de trabalho.
- Instituir um banco de imóveis e promover o mapeamento sistemático dos imóveis ociosos.
- Elaborar/consolidar portaria de transparência de critérios e cadastro com atualização permanente.
- Implementar o Projeto Piloto Moradia Cidadã: convênio PBH–MDHC, chamamento público de organizações da sociedade civil, Comitê Gestor com participação social.

4.4.3 Articulações intersetoriais

A implementação das ações previstas no eixo de moradia demanda uma atuação articulada entre diferentes órgãos da administração pública, instituições parceiras e representantes da sociedade civil. Essa articulação intersetorial é fundamental para garantir que as diversas etapas da política, desde a identificação dos beneficiários até o acompanhamento após o acesso à moradia, ocorram de forma integrada e coordenada. Nesse sentido, foram identificadas interfaces estratégicas entre secretarias municipais, órgãos federais, organizações da sociedade civil, universidades, movimentos sociais e atores do



setor privado, cada um desempenhando atribuições específicas para fortalecer a efetividade e a sustentabilidade das ações propostas.

Segue abaixo os principais órgãos e instituições que a articulação é essencial para o funcionamento do Plano:

- URBEL e SMASDH: indicação, cadastro e acompanhamento dos beneficiários.
- SMDE (emprego e renda): articulação com o programa "Estamos Juntos" para inserção no mercado de trabalho.
- SMPU (planejamento urbano): identificação e destinação de imóveis ociosos.
- Saúde/Consultório na Rua: acompanhamento próximo de usuários e apoio a gestantes/puérperas.
- Assistência Social/SUAS/Centro POP: origem das indicações e vínculo contínuo com os beneficiários.
- Governo Federal/MDHC: convênio do Moradia Cidadã e regras do Minha Casa Minha Vida.
- Conselho Municipal de Habitação (CMH): pactuação de critérios e prioridades.
- Sociedade civil e movimentos sociais: participação e controle social (Comitê POP-Rua).
- OSCs: execução de programas como locação social compartilhada e Moradia Cidadã.
- Proprietários/mercado imobiliário privado: sensibilização para aceitação de beneficiários (crianças, animais, calção).
- Universidades: pesquisa e avaliação da política.

4.4.4 Riscos e Desafios atuais que dificultam a implementação do plano



A implementação das ações voltadas à política de moradia para a população em situação de rua enfrenta uma série de desafios operacionais, institucionais e estruturais que podem comprometer sua efetividade. Durante as discussões, foram identificados obstáculos relacionados aos processos administrativos, à disponibilidade de imóveis, à articulação entre os diferentes serviços envolvidos e ao acompanhamento contínuo dos beneficiários. Além disso, fatores como o preconceito no mercado imobiliário, a fragmentação das informações entre políticas públicas e a insuficiência da oferta habitacional evidenciam a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de gestão, coordenação intersetorial e ampliação da capacidade de atendimento para garantir maior efetividade às ações previstas no plano.

Segue abaixo os principais riscos e desafios:

- Morosidade da vistoria da URBEL, levando à perda de imóveis já negociados.
- Dificuldade de encontrar imóveis: recusa de proprietários por preconceito/aporofobia, rejeição de crianças e animais, exigência de caução alto.
- Fragmentação de dados entre diferentes políticas e serviços, dificultando o acompanhamento integral da pessoa.
- Ausência de acompanhamento multidisciplinar efetivo pré e pós moradia (equipe ainda em processo de contratação).
- Dificuldade de manter contato/localizar beneficiários ao longo do processo (evasão entre indicação e efetivação).
- Baixa oferta de imóveis disponíveis frente à demanda.
- Reincidência: pessoas que saem do imóvel e retornam à situação de rua.
- Convocações escalonadas (ex.: 50 pessoas/mês) consideradas lentas frente à necessidade.
- Burocracia administrativa (licitações para mobiliário, processos federais e municipais).



- Apenas 3% das unidades do Minha Casa Minha Vida destinadas à população de rua, o que é considerado insuficiente.

4.4.5 Propostas e sugestões para o monitoramento e para qualificar a implementação do plano

A partir das discussões realizadas durante o workshop, os participantes apresentaram um conjunto de propostas e sugestões voltadas ao fortalecimento da implementação do Plano Municipal. As contribuições a seguir sintetizam os principais encaminhamentos construídos coletivamente ao longo dos debates.

- A “Participante 6” sugeriu, como forma de fortalecer a qualificação e a implementação do plano, que o programa Locação Social seja pautado nas discussões do Comitê POP Rua.
- O “participante 7” sugeriu a retomada dos subgrupos do Comitê, como estratégia para fortalecer a articulação, o acompanhamento e a implementação das ações previstas.
- O “participante 8” sugeriu que deve-se priorizar o programa Bolsa Moradia e Minha Casa Minha Vida e estabelecer um cronograma com prazo e orçamento. Além de abordar a temática do Bolsa Moradia no Comitê Municipal.
- O “participante 9” deixou como sugestão aprimorar e estruturar o acompanhamento dar apoio transversal durante a implementação do programa.
- O “participante 7” também contribuiu sugerindo fortalecer a isenção do pagamento do financiamento do programa Minha Casa Minha Vida.

4.5 Saúde

O Workshop do Eixo Saúde integrou o processo de inauguração do monitoramento e da avaliação do Plano Municipal de Atenção à População em Situação de Rua, com vigência prevista para o período de 2025 a 2028. O evento foi conduzido pela coordenação do eixo da saúde, sob a liderança de Laís Leonel,



enfermeira coordenadora do Consultório na Rua, com o apoio da equipe técnica e de representantes com vivência de rua.

No início dos trabalhos, foi reforçado que o espaço não se destinava à apresentação de novas propostas, uma vez que o Plano já havia passado por todo o processo de elaboração. Assim, o momento deveria ser utilizado para refletir sobre formas de execução, monitoramento e avaliação das ações previstas, bem como para a discussão de indicadores e prioridades do eixo da saúde. O Workshop, portanto, teve caráter inaugural do processo de monitoramento do Plano Municipal, sem qualquer alteração do plano vigente.

A metodologia adotada previu, após a apresentação inicial sobre o Plano e sobre as ações em andamento, a divisão dos participantes em cinco grupos. Cada grupo ficou responsável por discutir um conjunto de metas do Plano, totalizando em 16 metas gerais distribuídas entre os grupos. As discussões foram norteadas por perguntas orientadoras, com o objetivo de desenvolver propostas de monitoramento e priorização, culminando em apresentação para o coletivo. As perguntas orientadoras versaram sobre os principais avanços do eixo, as ações, entregas, pactuações ou resultados já reconhecidos e as estratégias para monitoramento e execução.

4.5.1 Ações reconhecidas

Foram destacadas as seguintes ações já implementadas:

- Implantação de seis novas unidades, sendo quatro voltadas ao público adulto e duas ao público adolescente.
- Ampliação dos Consultórios na Rua, com a implementação de duas novas equipes na Regional Centro-Sul, área com maior concentração de pessoas em situação de rua, bem como a extensão do horário de atendimento nessas equipes, que passaram a atuar nos turnos das 8h às 16h e das 15h às 21h.



- Reforço do programa BH de Mãos Dadas, com o aumento de 18 para 24 redutores de danos, distribuídos em todas as regionais do município (dois por regional) e a reforma do Centro de Referência em Saúde Mental (CERSAM) Norte.

4.5.2 Principais serviços de atendimento

Além das ações, a exposição abordou os principais serviços voltados à População em Situação de Rua e às pessoas em situação de vulnerabilidade, com destaque para os dispositivos que compõem a rede de atenção e para os resultados observados no período recente:

4.5.2.1 Unidades de Acolhimento Transitório (UATs)

As Unidades de Acolhimento Transitório são dispositivos de saúde voltados à moradia transitória de indivíduos com uso problemático de álcool e outras drogas, em situação de risco social e vulnerabilidade. Têm como finalidade auxiliar o reordenamento da própria vida. Atualmente, o município possui duas unidades, uma adulta e outra infantil/juvenil. A proposta do Plano é ampliar esse número, com previsão de implantação de seis novas UATs.

4.5.2.2 Consultório na Rua

O Consultório na Rua é um serviço do SUS, vinculado à atenção primária, que oferece, in loco, os atendimentos disponíveis nas unidades de saúde. Conta com equipes multidisciplinares itinerantes, compostas por psicólogo, redutor de danos, arte-educador, assistentes sociais, enfermeiro, médico e outros profissionais. O atendimento focaliza a população em situação de rua, mas não se restringe a esse público, sendo ampliado a qualquer cidadão em situação de vulnerabilidade. Atualmente, conta com 10 equipes distribuídas em todas as regionais de Belo Horizonte. Sua importância está vinculada ao processo multidisciplinar, pois atinge cenários de difícil acesso e auxilia diretamente nas necessidades desse público.



4.5.2.3 BH de Mãos Dadas

O BH de Mãos Dadas é um serviço da saúde fundamentado na lógica da Redução de Danos, voltado à promoção e à prevenção da saúde sexual de populações vulneráveis. Não é exclusivo para pessoas em situação de rua, atendendo também profissionais do sexo e outras populações em situação de vulnerabilidade. Possui duas frentes de atuação: a formação, com temas como redução de danos, LGBTQIA+, saúde sexual, racismo e a abordagem educativa, por meio do trabalho com educadores sociais. Atualmente, conta com 24 educadores de saúde, distribuídos em todas as regionais da cidade, tratando-se de um programa premiado internacionalmente.

4.5.2.4 Centros de Referência em Saúde Mental (CERSAMs)

Os CERSAMs são dispositivos voltados ao acolhimento de situações de crise e urgência em saúde mental e ao acompanhamento de pessoas com sofrimento mental grave e persistente. Subdividem-se em CERSAM Geral, CERSAM Álcool e Drogas e CERSAM Infantil. O atendimento porta aberta ocorre das 7h às 19h, após esse horário, o acesso se dá por meio da urgência/SAMU. As equipes multiprofissionais atuam com foco no cuidado em liberdade, configurando-se como referência nacional e internacional.

4.5.3 Entregas concretizadas e resultados observados

Foram apresentadas as entregas já concretizadas no âmbito do Plano, bem como os resultados observados em comparação com o primeiro quadrimestre de 2025, conforme detalhado a seguir:

- Projeto Travessia: serviço voltado a custodiados, pessoas em situação de rua ou com sofrimento mental que apresentam conflitos legais, com o objetivo de qualificar o atendimento e traçar planos de cuidado em liberdade para reduzir a reincidência no sistema prisional.



- Guia de Atendimento da População em Situação de Rua nos Serviços da Saúde: lançado em junho de 2026, configura-se recurso destinado a trabalhadores e usuários, com vistas à redução de barreiras de acesso.
- Curso de Formação de Redutores de Danos e Suporte de Pares: programa que capacita pessoas com vivência de rua ou uso de substâncias para atuarem como trabalhadores na rede de saúde, iniciado em 2025, com segunda turma prevista para 2026.

Quanto aos impactos observados, foram apresentados os seguintes indicadores comparativos com o primeiro quadrimestre de 2025:

- BH de Mãos Dadas: aumento de 73% na distribuição de preservativos internos, 44% nos preservativos externos e 16% no número de atendimentos.
- Consultório na Rua: aumento de 25% no número de usuários atendidos (próximo à meta de 30%), 27% na distribuição de kits de higiene, 18% nos acolhimentos e escutas em saúde mental e 102% nas atividades coletivas de redução de danos, estas últimas envolvendo desde rodas de conversa até intervenções em território, pautadas pela lógica da redução de danos.

4.5.4 Ações em andamento

Em relação à infraestrutura, foram informados os seguintes projetos em andamento:

- CERSAM Oeste: projetos arquitetônicos e licenças em andamento, com previsão de início das obras.
- CERSAM Norte: reforma prevista para o segundo semestre de 2026.
- Seis novas Unidades de Acolhimento Transitório (UATs): previsão de retomada das obras para o segundo semestre, com financiamento de R\$ 140 milhões, em parceria com o Tribunal de Justiça.

4.5.5 Dinâmica em grupo



A etapa de debates foi iniciada às 15h05. As 16 metas do Plano foram distribuídas entre os cinco grupos formados, conforme quadro apresentado a seguir. A dinâmica do Workshop consistiu na resolução das metas a partir das perguntas orientadoras. Cabe registrar, contudo, que as perguntas não foram respondidas de forma pontual ou em tópicos, mas por meio de textos contínuos e integrados. Por essa razão, o registro de cada grupo foi organizado abaixo do quadro correspondente.





Tabela 2

GRUPO	METAS
1	Meta 1 — Fortalecimento das ações de educação permanente e pesquisa em saúde para todos os níveis de atenção, envolvendo a rede intra e intersetorial, com o objetivo de qualificar e subsidiar os profissionais no atendimento à população em situação de rua. Meta 2 — Qualificação do acesso e da atenção integral à saúde da população em situação de rua, por meio da elaboração de fluxos, protocolos e marcadores específicos. Meta 3 — Aprimoramento da assistência em saúde conforme prevalências clínicas e singularidades da população de rua.
2	Meta 4 — Qualificação da rede intra e intersetorial na identificação e no fortalecimento do processo de adesão e continuidade do tratamento de tuberculose junto às pessoas em situação de rua. Meta 5 — Qualificação da atenção e ampliação do acesso à saúde bucal da população em situação de rua. Meta 6 — Manutenção, ampliação e qualificação dos serviços de atendimento in loco em saúde voltados à população em situação de rua. Meta 7 — Manutenção, ampliação e qualificação dos serviços de atendimento em saúde mental voltados à população em situação de rua.
3	Meta 8 — Manutenção e qualificação do referenciamento técnico voltado para a População em Situação de Rua nos níveis regionais e central. Meta 9 — Qualificação do atendimento à urgência e emergência à população em situação de rua. Meta 10 — Qualificação dos mecanismos de divulgação dos canais de ouvidoria para registro de denúncias de violência institucional. Meta 11 — Ampliação da participação da população em situação de rua nas instâncias de controle social.
4	Meta 12 — Fortalecimento e qualificação das ações intersetoriais objetivando a integralidade do cuidado em saúde da população em situação de rua, a partir da compreensão dos determinantes sociais no processo saúde/doença. Meta 13 — Qualificação e ampliação da atenção domiciliar a pessoas em situação de rua. Meta 14 — Articulação intersetorial da atenção hospitalar para garantia da continuidade do tratamento no processo pós-alta. Meta 15 — Qualificação da atenção às gestantes e puérperas em situação de rua.
5	Meta 16 — Promoção de oficinas de formação para a população em situação de rua baseadas nos conteúdos do SUS, reforçando o autocuidado e a promoção da saúde.



Observação: devido a intercorrências durante o Workshop, os Grupos 3 e 4 acabaram discutindo metas semelhantes, sob óticas diferentes. Em decorrência disso, o Grupo 5 respondeu a metas além daquela que lhe havia sido originalmente atribuída.

Grupo 1: Metas 1,2 e 3

Meta 1 — Fortalecimento das ações de educação permanente e pesquisa em saúde: O Grupo 1 destacou a necessidade de elaborar um manual orientador atualizado e inclusivo, ampliar a oferta de cursos EAD acessíveis, monitorar a qualificação e a rotatividade das equipes e estruturar cronogramas para as ações de capacitação. Também foi ressaltada a importância de garantir carga horária protegida para a educação permanente e de assegurar que os profissionais que atuam com a população em situação de rua já ingressem capacitados e com experiência, proposta que deve abranger todas as secretarias envolvidas no Plano.

Meta 2 — Qualificação do acesso e da atenção integral à saúde: O grupo propôs a institucionalização de fluxos e pactuações entre os serviços, por meio de notas técnicas e instrumentos formais. Também foram apontadas dificuldades no acesso a consultas especializadas e exames, sugerindo-se o monitoramento da utilização da vaga prioritária (vaga zero) como indicador. Embora exista respaldo legal para a prioridade no atendimento à população em situação de rua, foi destacado que o principal desafio é fortalecer a educação continuada dos profissionais para garantir o cumprimento desses protocolos.

Meta 3 — Aprimoramento da assistência em saúde conforme prevalências clínicas: As propostas incluíram a manutenção da testagem rápida para a população em situação de rua, o acompanhamento do número de testes realizados e de pessoas testadas, além da criação de mecanismos para monitorar a adesão aos tratamentos contínuos e assegurar condições para que os usuários possam armazenar seus próprios medicamentos.



Grupo 2: Metas 4, 5, 6 e 7

Meta 4 — Qualificação da rede intra e intersetorial para adesão e continuidade do tratamento de tuberculose: O Grupo 2 destacou a necessidade de fortalecer a articulação intersetorial para acompanhar pessoas em situação de rua durante todo o tratamento da tuberculose, garantindo o isolamento quando necessário e a conclusão do tratamento. Foi ressaltado que o Ministério da Saúde já dispõe de protocolos para orientar as unidades de acolhimento, sendo necessária a capacitação contínua das equipes e a criação de mecanismos de feedback para assegurar o cumprimento dessas diretrizes. Também foi sugerida a disponibilização de painéis com dados sobre pessoas infectadas, tratamentos realizados e informações relacionadas à saúde bucal da população em situação de rua.

Meta 5 — Qualificação da atenção e ampliação do acesso à saúde bucal: O Grupo 2 defendeu a garantia de profissionais de saúde bucal em unidades fixas e nas equipes dos Consultórios na Rua, além da realização de levantamentos sobre as necessidades odontológicas da população em situação de rua, especialmente em relação a tratamentos de canal e próteses. Foi apontada a necessidade de assegurar a presença dos profissionais nos Centros de Saúde, com gestão regional para suprir ausências e encaminhamento para outras unidades quando necessário. Embora iniciativas como o programa Quarta na Saúde já existam, destacou-se a importância de ampliar a oferta de atendimentos permanentes e especializados, inclusive por meio do Centro de Especialidade Odontológica (CEO). A sociedade civil também solicitou maior transparência sobre os investimentos realizados e reforçou a importância da saúde bucal para a prevenção de agravos à saúde.

Meta 6 — Manutenção, ampliação e qualificação dos serviços de atendimento in loco em saúde: O Grupo 2 propôs a manutenção e ampliação das equipes dos Consultórios na Rua, de modo a garantir cobertura integral do serviço, além da inclusão de profissionais médicos nas equipes.



Meta 7 — Manutenção, ampliação e qualificação dos serviços de atendimento em saúde mental: O Grupo 2 indicou como prioridade o fortalecimento das ações no CERSAM Centro-Sul, com ampliação dos recursos destinados à saúde mental. Também sugeriu a qualificação dos dados utilizados no monitoramento, a definição de indicadores para acompanhamento das metas e a apresentação periódica de relatórios pelas secretarias ao CIAPS, informando o andamento e a execução das ações previstas.

Grupo 3: Metas 8, 9, 10 e 11

Com o prosseguimento do Workshop, o Grupo 3 assumiu as Metas 8, 9, 10 e 11. Observa-se, todavia, que nem todas essas metas foram efetivamente abordadas pelo grupo em sua apresentação, conforme detalhado a seguir.

Meta 8 — Manutenção e qualificação do referenciamento técnico nos níveis regionais e central: Para a Meta 8, foi sugerida a garantia de reuniões gerenciais em prazo mensal. O Grupo 3 propôs, também, a educação permanente dos servidores do SAMU, de modo a promover a correção dos protocolos para que atendam à população em situação de rua de forma ampla e plena. Segundo relatos da sociedade civil, há entraves relacionados ao atendimento do SAMU para esse público, seja pela demora no atendimento, seja pela negativa de serviço.

Meta 10 — Qualificação dos mecanismos de divulgação dos canais de ouvidoria: O Grupo 3 sugeriu, para a Meta 10, a melhoria da eficiência da divulgação dos canais de ouvidoria, que muitas vezes não são conhecidos pela população. Houve relato sobre a dificuldade de protocolar reclamações referentes à falta de atendimento nos Centros de Saúde. Foi sugerida a implantação de postos de denúncia presenciais no próprio Centro de Saúde, por meio de caixas fechadas de sugestão em cada unidade de saúde, voltadas à recepção de reclamações ou sugestões.



Meta 11 — Ampliação da participação da população em situação de rua nas instâncias de controle social: O Grupo 3 sugeriu a necessidade de formação política da população em situação de rua, por meio de assembleias voltadas a esse público, e de rodas de conversa que possibilitem a capacitação desse público, de modo que estejam preparados para recorrer aos próprios direitos.

Grupo 4: Metas 9, 10 e 12

É necessário salientar que houve uma intercorrência durante o Workshop: os Grupos 3 e 4, de forma equivocada, discutiram metas semelhantes, o que resultou na abordagem das mesmas metas sob óticas diferentes. Em decorrência, o Grupo 4 apresentou as seguintes metas:

Meta 9 — Qualificação do atendimento à urgência e emergência: O Grupo 4 sugeriu a criação de cartilhas com a definição das funções de cada setor da saúde, incluindo as descrições de atendimento do SAMU e dos postos de saúde, com o objetivo de orientar a população em situação de rua sobre os locais corretos para buscar atendimento. Outro ponto discutido foi a ineficiência do atendimento do SAMU para esse público; em razão disso, foi pautada a questão da rotatividade do SAMU, que pode representar obstáculo ao processo de educação continuada dos servidores. Houve, ainda, pedido da sociedade civil no sentido de monitorar as negativas de chamados, identificando quais foram os chamados negados e quais se referiam a pessoas em situação de rua.

Meta 10 — Qualificação dos mecanismos de divulgação dos canais de ouvidoria: O Grupo 4 observou, também, a necessidade de centralizar as denúncias, por meio de um local dentro do posto de saúde que possibilite à pessoa registrá-las no momento em que sofreu a negativa. Somado a isso, foi apontada a importância de maior divulgação dos meios de denúncia, bem como da existência de formulários para denúncia de violência que ocorram dentro dos Centros de Saúde. Nesse sentido, foi indicado como interessante o uso de tablets pelos servidores do Consultório na Rua, de modo a possibilitar as denúncias. Foi



solicitado, ainda, que a Secretaria de Saúde faça cobranças mensais aos Postos de Saúde acerca dos registros de violência ocorridos.

Meta 12 — Fortalecimento e qualificação das ações intersectoriais: O Grupo 4 apresentou a iniciativa de aproximação dos Consultórios na Rua com os conselhos distritais de saúde, de modo a propiciar visitas das pessoas em situação de rua aos locais fixados para atendimento. Ademais, houve pedido da sociedade civil para o uso de painéis sobre a população em situação de rua, com vistas à compreensão e ao controle das atividades realizadas pelas entidades responsáveis.

Grupo 5: Metas 12, 13, 14, 15 e 16

Meta 12 — Qualificação e ampliação da atenção domiciliar: O Grupo 5 sugeriu a ampliação das equipes do Consultório na Rua, com o desmembramento de unidades, de modo a conferir foco a regiões específicas, garantindo que cada região conte com uma equipe específica do Consultório na Rua.

Meta 13 — Articulação intersectorial da atenção hospitalar para continuidade do tratamento pós-alta: Em relação ao processo de pós-alta, o Grupo 5 sugeriu que a alta seja autorizada apenas quando houver local apropriado para que o indivíduo possa recuperar-se. Outro ponto apresentado foi a sugestão de monitoramento dessa meta por meio de denúncia.

Meta 14 — Qualificação da atenção às gestantes e puérperas em situação de rua: O Grupo 5 sugeriu a ampliação da Equipe Multiprofissional de Apoio às Gestantes e Puérperas em Situação de Vulnerabilidade (EMAP-GPV) e da equipe do Consultório na Rua, bem como a garantia de transporte e alimentação das gestantes. Deve-se, também, ampliar o local para recebimento das gestantes, pois as casas de acolhimento voltadas para esse público aceitam apenas a partir do sétimo mês de gestação e possibilitam apenas o acolhimento da mãe. Caso a gestante tenha um companheiro, ele ficará de fora, o que pode ocasionar maior



renúncia ao acolhimento, por não atender à necessidade daquela família naquele momento.

Meta 15 — Promoção de oficinas de formação para a população em situação de rua: Segundo o grupo, é necessária a divulgação ampla, por parte da prefeitura, das oficinas que serão realizadas. Outra sugestão apresentada foi a criação de painéis que possam informar à população em situação de rua o número de vagas disponíveis em cada abrigo, por exemplo.

Meta 16 — Qualificação da ambiência dos equipamentos de saúde: Para a Meta 16, o Grupo 5 sugeriu a realização de ações conjuntas que reúnam maior quantidade de equipamentos, bem como o uso de instrumentais técnicos, como os Relatórios Mensais de Atendimento (RMA), com a ressalva de que esses instrumentos sejam monitorados pelos gestores. É necessária, também, a capacitação protegida pela educação permanente. Observou-se, ainda, ser relevante a preocupação com a higiene e a alimentação das pessoas em situação de rua, em razão disso, sugeriu-se que locais fixos, como os Centros de Saúde, possam disponibilizar recursos para que as pessoas possam higienizar-se.

4.5.5.1 Temas discutidos pelo Grupo 3 sem identificação precisa com as metas

Durante a apresentação do Grupo 3, foram registrados temas que não puderam ser associados, no momento, a uma meta específica. São eles: a necessidade de que as reuniões do nível central da saúde sejam realizadas com profissionais da ponta, de modo a contemplar a realidade do território; a importância da discussão de casos; a ampliação para os serviços do território, compreendendo as pessoas que frequentam os mesmos locais de atendimento; e a dificuldade relacionada ao transporte sanitário, cuja solicitação é complexa, levando ao uso da própria van para a realização de atendimentos. Registrou-se, ainda, que no Centro de Saúde São Cristóvão há um alerta quando chega uma pessoa em situação de rua para atendimento.



4.5.6 Propostas e sugestões para o monitoramento e para qualificar a implementação do plano

A partir das discussões realizadas durante o workshop, os participantes apresentaram um conjunto de propostas e sugestões voltadas ao fortalecimento da implementação do Plano Municipal. As contribuições a seguir sintetizam os principais encaminhamentos construídos coletivamente ao longo dos debates.

Segue abaixo as principais sugestões dos participantes:

- Pessoas com deficiência em situação de rua: muitas precisam de próteses, muletas e cadeiras de rodas; é necessário definir mecanismos de monitoramento da entrega desses instrumentos à população.
- Responsabilidade por indicadores, metas e ações: endereçar os responsáveis por cada indicador, meta e ação prevista no Plano — identificando o setor responsável — e determinar quais serão as ações em curto, médio e longo prazo, bem como verificar se a ação possui recurso para acontecer ou não, além de identificar o que está em andamento e o que será permanente.
- SAMU: necessidade de qualificar os servidores e de levar o responsável para reuniões junto ao Comitê POP RUA, bem como de monitorar o percentual de servidores qualificados dentro do SAMU.
- Micromonitoramento: realização de micromonitoramento por comissões técnicas exclusivas dentro de cada secretaria e eixo, com o objetivo de construir e monitorar formas sistematizadas para a aplicação do Plano, antes de seu encaminhamento ao CIAPS, momento em que será determinado o que é factível de ação ou não.
- Comitê de equidade: pode auxiliar no monitoramento do Plano, além da criação de rotinas cronológicas para cobrar relatórios e painéis.
- Sistemas de informação: necessidade de melhorar os sistemas de informação de modo a evidenciar os resultados à sociedade civil.



- Alta responsável: implementação de alta responsável para as pessoas em situação de rua.
- Divulgação em transporte público: sugestão de uso das televisões disponíveis nos coletivos de transporte e nos pontos de ônibus para a divulgação da agenda e das oficinas do Centro Pop.

5. CONCLUSÃO

Os workshops temáticos realizados no evento de lançamento do I Plano Municipal Intersectorial de Atenção à População em Situação de Rua (2025–2028) cumpriram seu propósito inaugural ao mobilizar gestores, trabalhadores, pessoas com vivência de rua e representantes da sociedade civil em torno da construção coletiva de referências para a implementação e o monitoramento do Plano. A atividade apoiou a centralidade da participação intersectorial e do controle social como dimensões constitutivas da política, reafirmando o caráter dialógico adoção em sua elaboração e a compreensão do monitoramento como exercício de coprodução do conhecimento entre o saber técnico da gestão e o saber prático dos atores diretamente afetados pelas políticas.

Ao longo dos cinco eixos de trabalho, observamos a convergência de preocupações que atravessam as diferentes áreas. A intersectorialidade efetiva, e não apenas formal, apresentou-se como condição necessária para a integralidade do cuidado, seja na articulação entre saúde e assistência social, na integração entre moradia e trabalho, ou no diálogo com o sistema de justiça e com as políticas educacionais.

A moradia emergiu, reiteradamente, como base estrutural para a efetivação das demais políticas, com destaque para a lógica Moradia Primeiro e para a interdependência entre a garantia de abrigo e a permanência, no trabalho, expressamente reconhecido pela evolução do eixo de Emprego e Renda ao admitir que, quanto mais a política se afastar da moradia, maior é a evasão. A qualificação dos sistemas de informação, a construção compartilhada de



indicadores e a disponibilização de dados em linguagem acessível à sociedade civil foram reconhecidas, em todos os grupos, como pilares do monitoramento. A educação permanente dos trabalhadores, o enfrentamento do preconceito estrutural e da violência institucional e a necessidade de mecanismos que assegurem a continuidade das ações para além dos ciclos de governo completam o conjunto de preocupações comuns.

Os registros aqui consolidados, portanto, não encerram o processo: inauguram-no. Ao integrar os cinco relatos em um documento único, este relatório busca oferecer ao CIAMP-BH, aos Grupos Gestores Setoriais e ao DIPOP uma técnica base e informada para os próximos passos, especialmente a sensibilização dos atores para a construção coletiva dos indicadores e a definição dos instrumentos de acompanhamento que vincularão os diferentes atores à implementação e ao alcance dos resultados almejados pelo Plano Municipal.

